



CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA: GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DA PUC-SP



OVP
-DH OBSERVATÓRIO
DA VIOLÊNCIA
POLICIAL E
DIREITOS
HUMANOS

RELATÓRIO TRIMESTRAL

NOVEMBRO DE 2020

Coordenação

Vera Lucia Vieira

Vice-coordenação

João Leopoldo e Silva

Pesquisa e desenvolvimento

Caio Cardoso de Moraes

Matheus Nordon Preis

Saulo César Paulino e Silva

Eduardo Freitas Prates

Gildeane Kelly Sousa dos Santos

Caroline Weeden Martins

Rafaela Nascimento Sousa

Paulo Sergio da Silva

Eduardo Richard da Silva

SUMÁRIO

Apresentação	3
Metodologia	3
Introdução	5
As violências policiais no Brasil: um levantamento de notícias no segundo trimestre de 2020	7
Acompanhamento de ocorrências: segundo trimestre de 2020	11
Vítima	11
Autor	14
Conduta	14
Classe da violação (antigo tipo de crime)	15
Tipo da violação (antiga natureza da lesão)	16
Autor vs. Classe da violação	17
Relação entre Conduta e Classe da violação	18
Parte do corpo	19
Meio/instrumento	20
Mapa das violações	20
Conclusão	21
Referências	22

Apresentação

O Observatório da Violência Policial e Direitos Humanos (OVP-DH) foi criado em 2005 por Angela Mendes de Almeida em memória a Luiz Eduardo da Rocha Merlino, assassinado pelo DOI-CODI em 19 de julho de 1971, com o objetivo de acompanhar e mapear atos violentos cometidos por agentes da segurança pública do Estado de São Paulo.

Em 2006 o OVP-DH integrou-se ao Centro de Estudos de História da América Latina (CEHAL PUC-SP), ligado ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e sua equipe acompanhou diariamente, até 2010, a dinâmica da violência policial gerando indicadores que demonstram padrões de atuação – os documentos podem ser acessados clicando [neste link](#). A equipe continuou acompanhando notícias até 2015 e, atualmente, o OVP-DH conta com um acervo com mais de 50 mil notícias sobre graves violações e abusos de legalidade cometidas por agentes de segurança do Estado. Em 2016, reformulamos a metodologia de acompanhamento de ocorrências de violência institucional visando ampliar o trabalho de defesa dos Direitos Humanos para além de questões estritas aos agentes da Segurança Pública.

Com o intuito de superar os limites das estatísticas oficiais, o Observatório da Violência Policial e Direitos Humanos (OVP-DH) utiliza fontes alternativas, como notícias de jornais e denúncias de vítimas e testemunhas, para monitorar as violências perpetradas pelas instituições estatais no cotidiano do país. Parafraseando a antropóloga Alba Zaluar (1942-2019), o objetivo não é apenas “contar as violências” provocadas pelo Estado: o propósito do OVP-DH é produzir dados e informações confiáveis sobre a violência estatal, além de constituir um canal seguro para as vítimas e testemunhas denunciarem essas violências e serem acolhidas.

O presente relatório é fruto da parceria entre a Fundação Lauro Campos e Marielle Franco e o OVP-DH e visa identificar padrões de violências cometidas por agentes da Segurança Pública entre os meses de abril e junho de 2020, período de forte avanço da pandemia do COVID-19 no Brasil.



Metodologia

O OVP-DH classifica ocorrências de violência institucional através do Protocolo OVP-DH (2020)¹, permitindo a configuração de padrões quanto ao tempo e espaço, tipos de crimes, autores, vítimas e fontes da informação. Utiliza-se, como ferramenta de trabalho, a Plataforma Colaborativa de Violência Institucional (PCVI) desenvolvida pela equipe do CEHAL PUC-SP em conjunto com o OVP-DH. A plataforma possui dois objetivos:

- (i) servir de ferramenta colaborativa para que Observatórios, coletivos, grupos trabalhem em rede no acompanhamento (análise e mapeamento) da dinâmica da violência institucional no Brasil;
- (ii) possibilitar uma ponte entre vítimas e redes de suporte/apoio jurídico, psicossocial e de assistência social.

Banco de dados

As informações retiradas das notícias são armazenadas em um banco de dados relacional, ancorado no Protocolo OVP-DH (2020) e construído no software PostgreSQL.

Análise de dados

As análises das informações contidas no banco de dados são feitas utilizando a linguagem Python e bibliotecas de ciência de dados através do software Jupyter Notebook.

Georreferenciamento

Utilizamos o tipo de dado geográfico WGS84 (EPSG:4326)².

PROTOCOLO OVP-DH (2020) BANCO DE DADOS VERSÃO 09	
Tempo e espaço	Data
	Período do dia
	UF
	Município
	Endereço
	Logradouro/Sede/Local
	Geolocalização
Identificação da ocorrência	Conduta
	Justificativa da Conduta
	Tipo de crime
	Natureza da lesão
	Meio/Instrumento
Identificação do(s) autor(es)	Parte do corpo
	Instituição
	Cargo/Função
Identificação da(s) vítima(s)	Em serviço
	Tipologia
	Nome
	Idade
	Ocupação
	Escolaridade
	Gênero
	Orientação sexual
	Cor ou raça
	Nacionalidade
	Religião/Credo
	Tutela
Identificação da(s) fonte(s)	Pessoa com deficiência (PCD)
	Identificação da fonte
	Título da fonte
	Data da fonte
	Acesso à fonte
Depoimento(s)	Material audiovisual
	Tipo do depoente
	Nome
	Depoimento
Observações gerais	

¹ A metodologia de classificação definida no Protocolo está ancorada pelas seguintes referências: Protocolo de Bogotá (2015), Protocolo de Istambul (2001), Manual de Denúncia de Tortura (GIFFARD, 2002), Tratamento de arquivos de direitos humanos na América Latina (SANTOS, 2016) como também relatórios anuais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (em especial de 2017 e 2018) e do Ipea através do Atlas da Violência (2018).

² Mapas são representações planas da superfície curva da Terra, de modo que certas distorções afetam todos os sistemas de coordenadas.

Introdução

Em 2018, as estatísticas oficiais registraram 57.358 homicídios no Brasil, sendo que 6.220 foram causados por agentes da segurança pública. Esses números colocam o Brasil como um dos países mais violentos do mundo e com uma das polícias mais letais. No primeiro semestre de 2020, em meio à pandemia do novo coronavírus, as estatísticas registraram 3.148 mortos pela polícia contra 2.934 no mesmo período de 2019, um aumento de 7% da letalidade policial em relação ao ano anterior, segundo o Monitor da Violência (VELASCO et al, 2020). De acordo com um levantamento de dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os Estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo concentram 57% de toda a letalidade policial do país, embora representem apenas 37% da população nacional.

O aumento da letalidade policial no primeiro semestre de 2020 ocorre ao mesmo tempo em que observamos uma queda em outros crimes violentos durante a quarentena do novo coronavírus. De acordo com um levantamento de dados do G1, em maio de 2020 diminuíram 46% o número de estupros, 49% o número de furtos e 28,5% dos roubos em relação ao mesmo período de 2019.

Os dados da violência policial no Brasil são inaceitáveis e reforçam o papel da sociedade civil organizada na produção de conhecimento sobre esse fenômeno tendo em vista a sua superação. Esse é o objetivo do Observatório das Violências Policiais e Direitos Humanos (OVP-DH) da PUC-SP. Por meio de fontes alternativas não oficiais, como notícias de jornal e denúncias de vítimas e testemunhas, o Observatório vem fazendo um mapeamento das violações de direitos humanos perpetradas por agentes estatais, de modo a complementar as estatísticas oficiais. As notícias são coletadas a partir da busca de palavras-chave, por meio do serviço de clippings de notícias. Tais notícias são classificadas de acordo com o Protocolo OVP-DH que permite configurar padrões quanto ao tempo e espaço, tipos de crimes, autores, vítimas e fontes da informação. Através da Plataforma Colaborativa de Violência Institucional (PCVI) desenvolvida pela equipe do CEHAL PUC-SP, em conjunto com o OVP-DH, as notícias coletadas alimentam um banco de dados sobre a dinâmica da violência institucional no Brasil. A partir desses dados, é possível traçar as principais características das violências perpetradas pelos agentes estatais, o perfil das ocorrências, dos autores e das vítimas, além de georreferenciar os casos de violência analisados.

Durante o segundo trimestre de 2020, mapeamos 329 ocorrências noticiadas pela mídia que reportaram casos de abusos de autoridade ou graves violações aos direitos humanos cometidos por agentes da Segurança Pública no Brasil. Ao todo foram identificadas 469 vítimas, sendo 31 violências contra coletividades e 431 contra indivíduos.

O perfil das vítimas segue a tendência amplamente conhecida na sociedade brasileira, isto é, homens (379 casos) e negros (98 casos), enquanto identificamos uma menor

ocorrência de casos de mulheres (27 casos) e pessoas brancas (12 casos). Importante salientar que muitas notícias não relatam a cor das vítimas, razão pela qual não conseguimos identificar a cor/raça de todas as vítimas. Não foram identificadas, neste levantamento, vítimas de gêneros não-binários e demais cores e raças. A média de idade das vítimas foi de 28 anos, enquanto a moda foi de 23 anos, revelando que os jovens são as principais vítimas da violência estatal.

Dentre todos os casos, foram identificados 366 autores responsáveis pelas violações. A Polícia Militar foi responsável por 318 ocorrências de violações enquanto a Polícia Civil foi de 38. Esses dados reforçam o padrão violento de ação da PM brasileira. A diminuição da violência policial perpassa por mudanças nos padrões de atuação das polícias brasileira, sobretudo a Polícia Militar.

A seguir, apresentamos os dados mais detalhados do monitoramento da violência institucional no segundo trimestre de 2020, levantados pelo OVP-DH.

As violências policiais no Brasil: um levantamento de notícias no segundo trimestre de 2020

Em 2018, as estatísticas oficiais registraram 57.358 homicídios no Brasil, sendo 6.220 causados por agentes da segurança pública. Esses números colocam o Brasil como um dos países mais violentos do mundo e com uma das polícias mais letais. No primeiro semestre de 2020, em meio à pandemia do novo coronavírus, as estatísticas registraram 3.148 mortos pela polícia contra 2.934 no mesmo período de 2019, um aumento de 7% da letalidade policial em relação ao ano anterior, segundo o Monitor da Violência (VELASCO et al, 2020). De acordo com um levantamento de dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os Estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo concentram 57% de toda a letalidade policial do país, embora representem apenas 37% da população nacional. Durante este mesmo período, em meio à pandemia do coronavírus, observou-se uma queda dos índices de outros crimes violentos. De acordo com um levantamento de dados do G1, em maio de 2020 diminuíram 46% o número de estupros, 49% o número de furtos e 28,5% dos roubos em relação ao mesmo período de 2019 (ACABAYA, 2020).

Os dados da violência policial no Brasil são inaceitáveis e reforçam a importância da sociedade civil organizada na produção de conhecimento sobre esse fenômeno com vistas a sua superação. Esse é o objetivo do Observatório das Violências Policiais e Direitos Humanos (OVP-DH) da PUC-SP. Por meio de fontes alternativas não-oficiais, como notícias de jornal e denúncias de vítimas e testemunhas, o Observatório vem fazendo um mapeamento das violações de direitos humanos perpetradas por agentes estatais no país, de modo a complementar as estatísticas oficiais. Parafraseando a antropóloga Alba Zaluar, o objetivo não é apenas “contar as violências” provocadas pelo Estado: o propósito do OVP-DH é produzir dados e informações confiáveis sobre a violência estatal, e também constituir um canal seguro para as vítimas e/ou testemunhas denunciarem essas violências e serem acolhidas.

As notícias são coletadas a partir da busca por palavras-chave, por meio de um serviço de *clipping* de notícias. Tais notícias são classificadas de acordo com o Protocolo OVP-DH que permite configurar padrões quanto ao tempo e espaço, tipos de crimes, autores, vítimas e fontes da informação. Através da Plataforma Colaborativa de Violência Institucional (PCVI), desenvolvida pela equipe do CEHAL PUC-SP em conjunto com o OVP-DH, as notícias coletadas alimentam um banco de dados sobre a dinâmica da violência institucional no Brasil. A partir desses dados, é possível traçar as principais características das violências perpetradas pelos agentes estatais, o perfil das ocorrências, dos autores e das vítimas, além de georreferenciar e produzir mapas dos casos de violência documentados.

Dando continuidade ao trabalho deste observatório (conforme relatório nº 1, relativo ao primeiro trimestre do ano³), neste segundo trimestre de 2020, mapeamos 329 ocorrências noticiadas pela mídia que reportaram casos de abusos de autoridade ou graves violações aos direitos humanos cometidos por agentes da segurança pública no Brasil. Ao todo foram identificadas 469 vítimas, sendo 31 violências contra coletividades e 431 contra indivíduos.

O perfil das vítimas segue a mesma tendência bastante conhecida na sociedade brasileira, isto é, homens (379 casos) e negros (98 casos), enquanto identificamos uma menor ocorrência de casos de mulheres (27 casos) e brancos (12 casos). Importante salientar que muitas notícias não relatam a cor das vítimas, razão pela qual não conseguimos identificar a cor/raça de todas as vítimas. Não foram identificadas, neste levantamento, vítimas de gêneros não-binários e demais cores/raças. A média de idade das vítimas foi de 28 anos, enquanto a moda foi de 23 anos, revelando que os jovens são as principais vítimas da violência estatal.

Dentre todos os casos, foram identificados 366 autores responsáveis pelas violações. A Polícia Militar foi responsável por 318 ocorrências de violações enquanto a Polícia Civil foi responsável por 38. Esses dados reforçam o padrão violento de ação da PM brasileira. A diminuição da violência policial perpassa por mudanças nos padrões de atuação das polícias brasileira, sobretudo a Polícia Militar.

O gráfico 1 classifica o tipo de conduta do agente público em que se deu a violação. Os casos documentados e classificados apontam que as “abordagens policiais” são o principal tipo de conduta em que ocorrem violações, seguidas de “operações policiais” e “perseguição”. Também identificamos casos de policiais fora de serviço envolvidos em casos de violações, seja reagindo a situações adversas, como assaltos, por exemplo, seja oferecendo serviços privados de segurança.

³ Relatório nº 1 de 2020, relativo ao primeiro trimestre de 2020, disponível em <<https://ovp-dh.org/wp-content/uploads/2020/05/relatorio-OVP-DH-maio-2020.pdf>>;



Gráfico 1 – Tipo de conduta. Fonte: OVP-DH.

Quanto ao tipo de crime perpetrados pelos agentes de segurança brasileiros, o gráfico 2 revela que lesões corporais e mortes decorrente de intervenção policial são os principais tipos de violação de que se tem notícia, evidenciando a truculência e letalidade da atuação das polícias no Brasil.

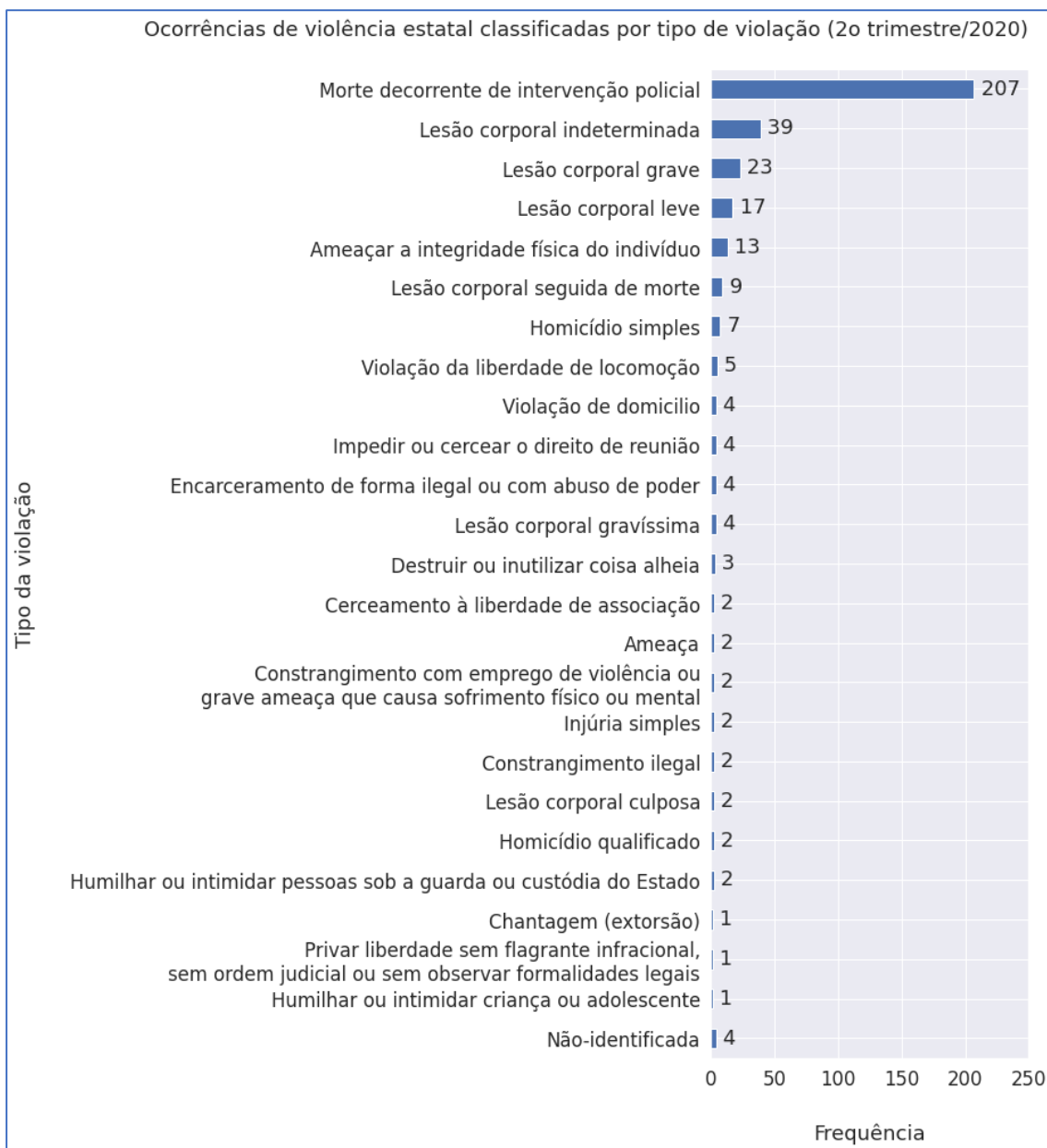


Gráfico 2 – Tipo de violação. Fonte: OVP-DH.

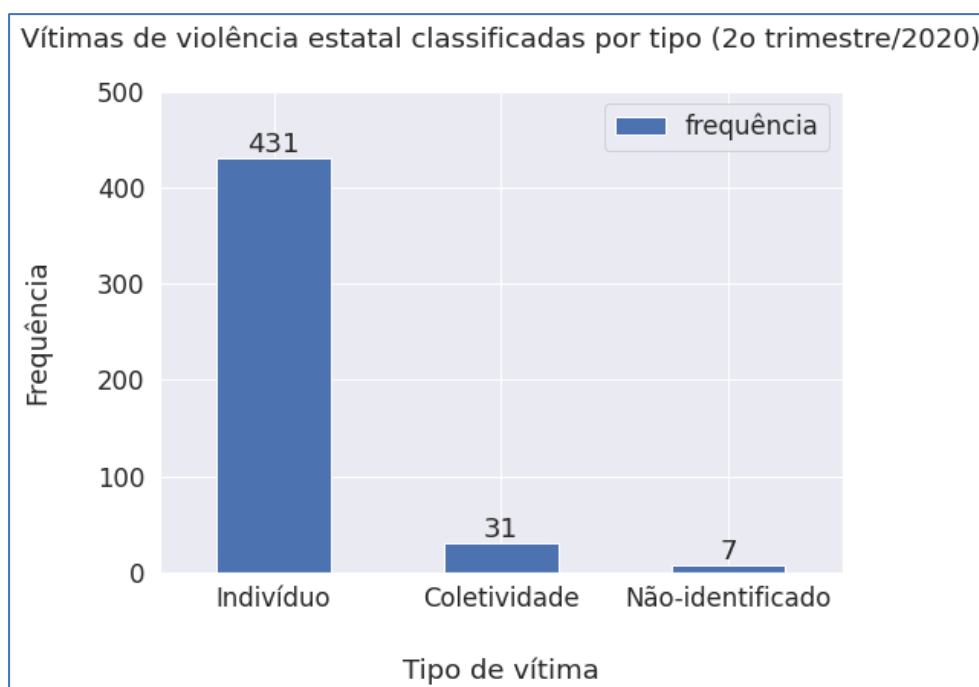
Em síntese, os dados apresentados mostram a truculência e a violência policial, sobretudo da Polícia Militar, cujas abordagens produzem agressões, lesões corporais e a morte. Em sua maioria, as polícias têm vitimado homens jovens e negros, escancarando uma das faces mais duras do racismo da sociedade brasileira. É preciso repensar a atuação das polícias no Brasil, de modo a garantir a defesa dos direitos humanos e que os agentes de segurança pública passem a garantir a proteção dos direitos dos cidadãos e não a violação.

Acompanhamento de ocorrências: segundo trimestre de 2020

Entre os dias 01/abr. e 30/jun. pesquisamos em 85 veículos de mídia por notícias que reportaram casos de abusos de autoridade ou graves violações aos direitos humanos cometidos por agentes da segurança pública no Brasil. Foram identificadas 329 ocorrências. Conforme o Protocolo OVP-DH (2020), e a partir dos fatos jornalísticos encontrados, essas ocorrências foram classificadas por tempo e espaço, tipos de violação, autores, vítimas e fontes.

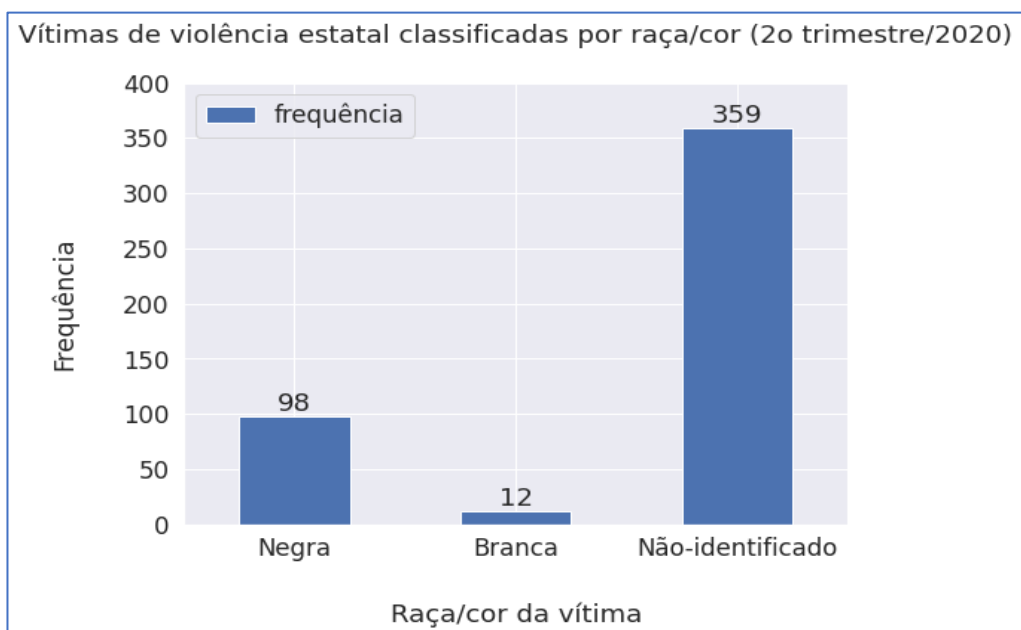
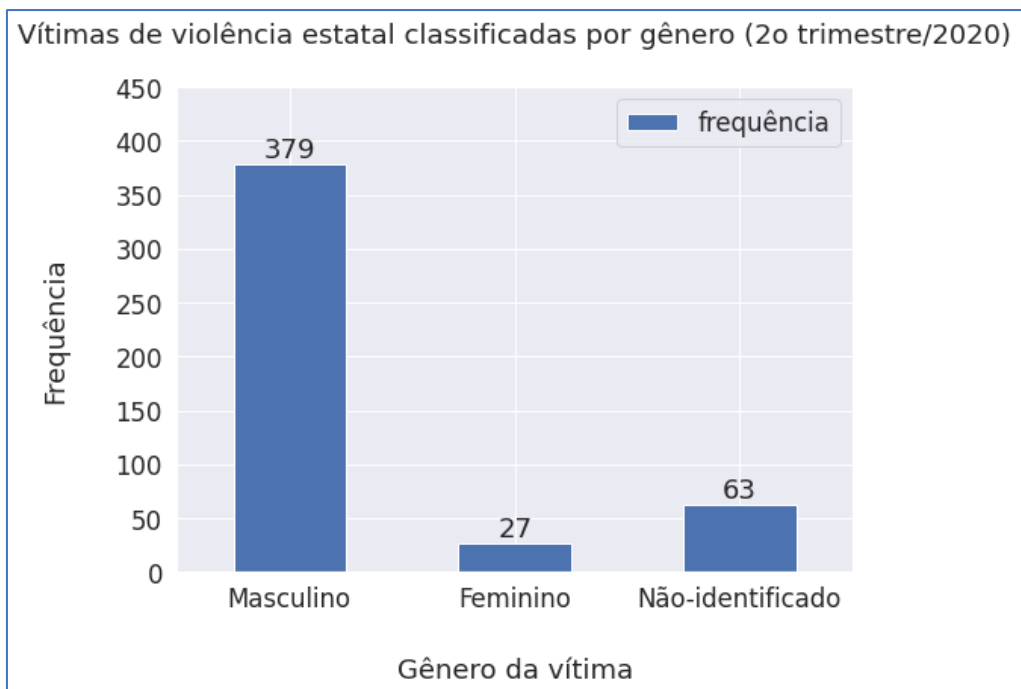
Vítima

Ao todo foram identificadas 469 vítimas, divididas em três tipos diferentes: indivíduos, coletividades e administração pública. Os dados apontam para uma continuidade em relação ao padrão observado em relatório anterior⁴: violências contra coletividades (31 casos) são menos frequentes do que as violências contra indivíduos (431 casos), e não foram identificados casos na qual a administração pública foi tida como vítima. Observa-se esta relação abaixo:

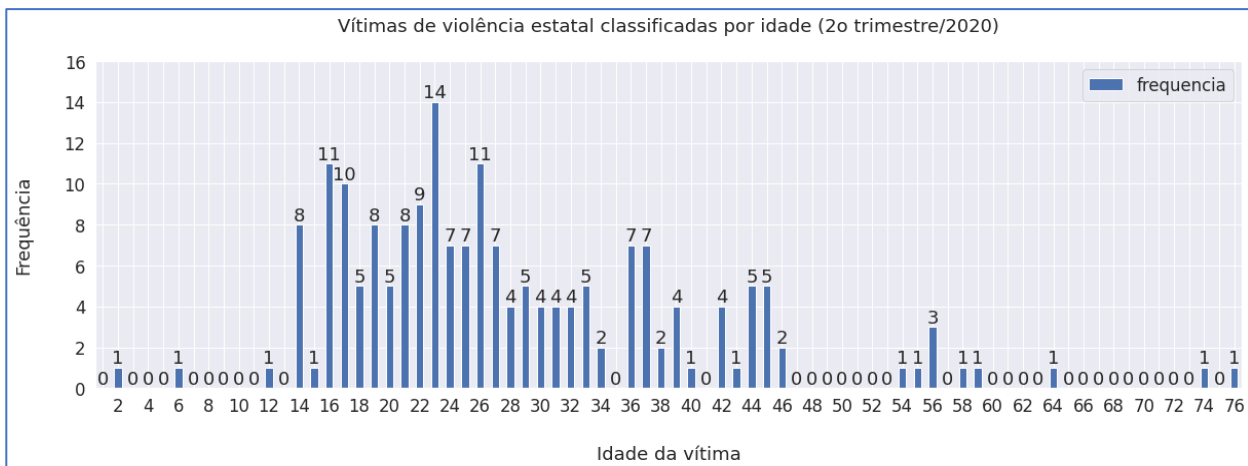


Quando o foco é o olhar para o sexo/gênero e a cor/raça das vítimas, observa-se que predominantemente o sexo masculino (379 casos) e negros (98 casos) são os mais atingidos em relação ao sexo feminino (27 casos) e cor/raça branca (12 casos). Não foram identificadas, neste levantamento, vítimas de gêneros ou orientação sexual não-binários e demais cores e raças.

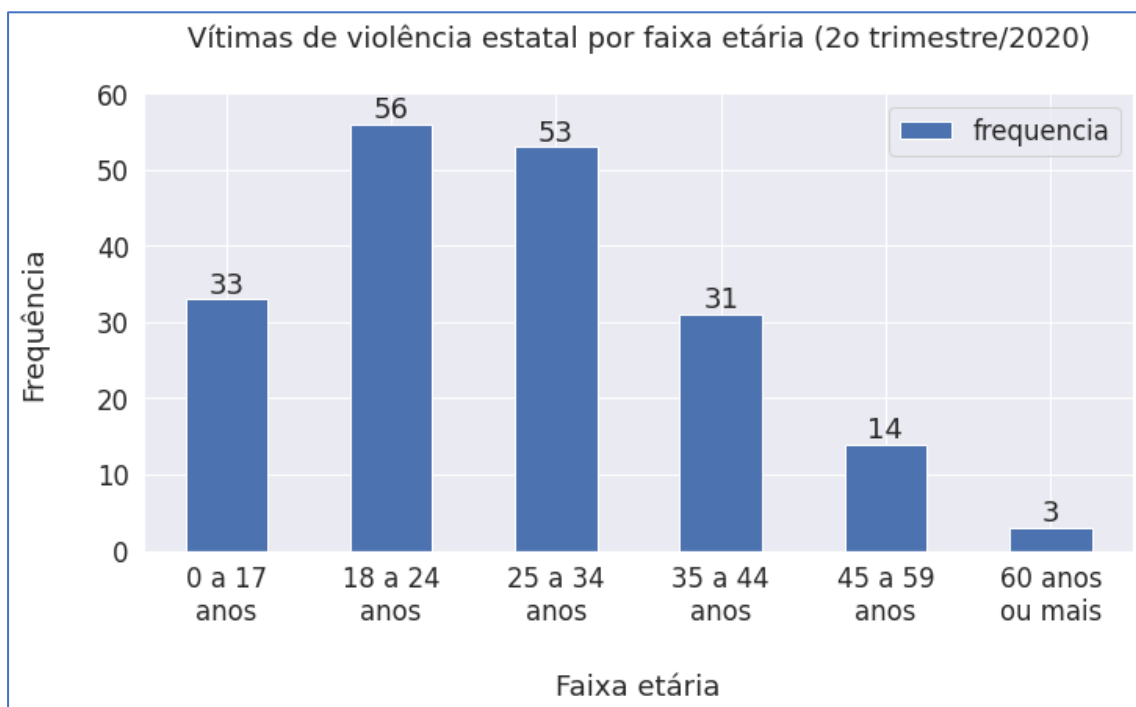
⁴ Relatório disponível em: <https://ovp-dh.org/wp-content/uploads/2020/05/relatorio-OVP-DH-maio-2020.pdf>.



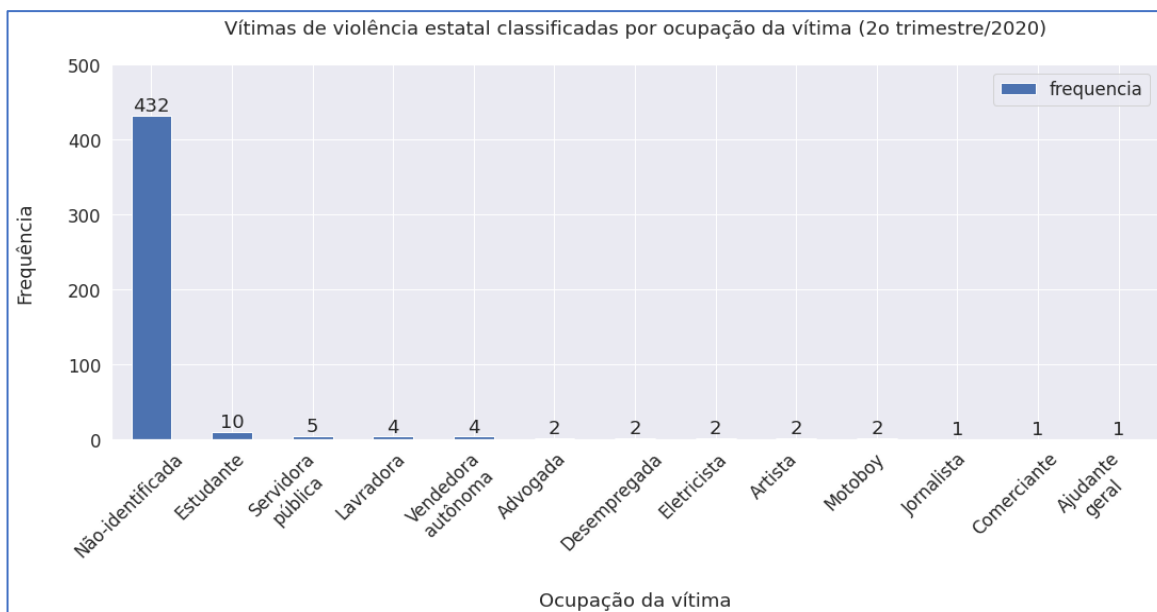
Em relação a idade das vítimas, observamos que a média de idade das vítimas foi 28 anos, enquanto a idade mais frequente das vítimas foi 23 anos. A faixa etária mais atingida foi entre 18 e 24 anos.



Também chama a atenção a grande quantidade de crianças e adolescentes vítimas da violência estatal (33 vítimas, ou seja, 17% dos casos documentados neste trimestre).

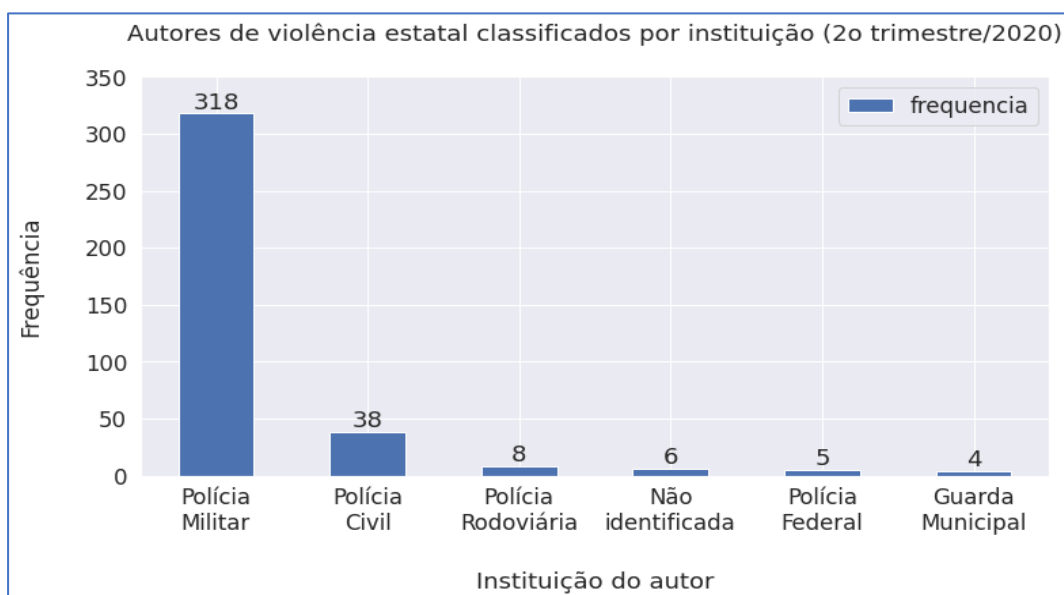


As notícias de jornal não identificaram muitas ocupações das vítimas, mas quando relatadas, observa-se a seguinte composição:



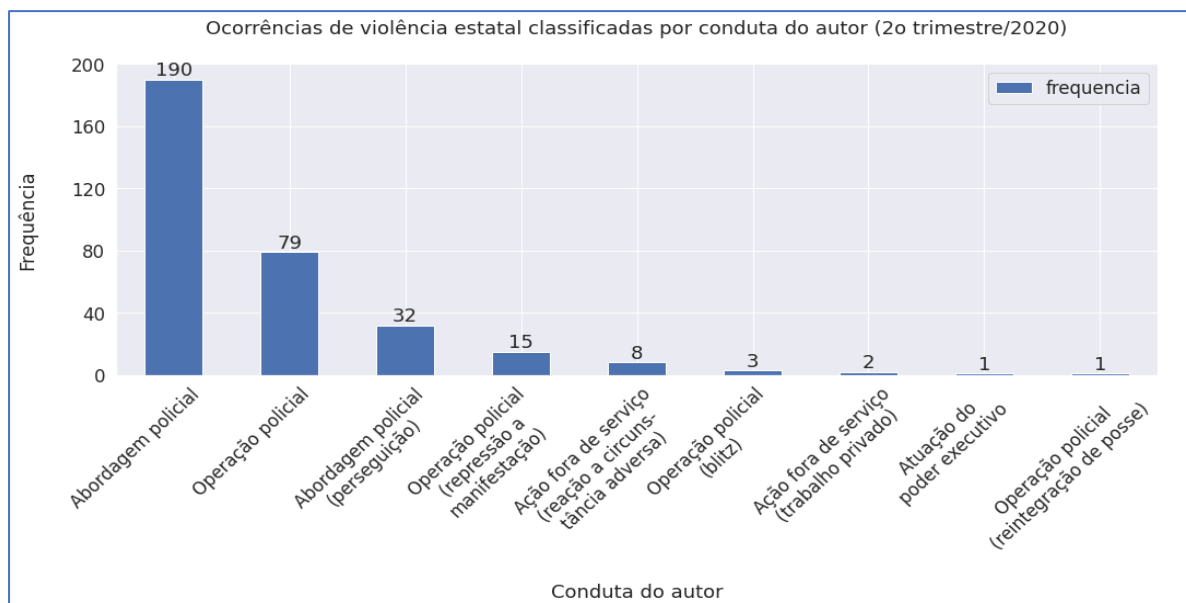
Autor

Ao todo, foram identificados 379 autores responsáveis pelas violações relatadas. Dentre eles, observa-se grande presença da “Polícia Militar” (318 casos) seguida da “Polícia Civil” (38 casos).



Conduta

De forma a aprofundar e detalhar melhor as ocorrências, também acompanhamos a “conduta” dos autores no momento da violação. Definimos conduta como o “procedimento institucional gerador da infração penal ou administrativa”, ou seja, qual estratégia de atuação do(s) autor(es) da lesão no momento que realizaram o ato. Observamos que a grande maioria das notícias relataram casos de “Abordagem policial” e “Operação Policial” violentas.

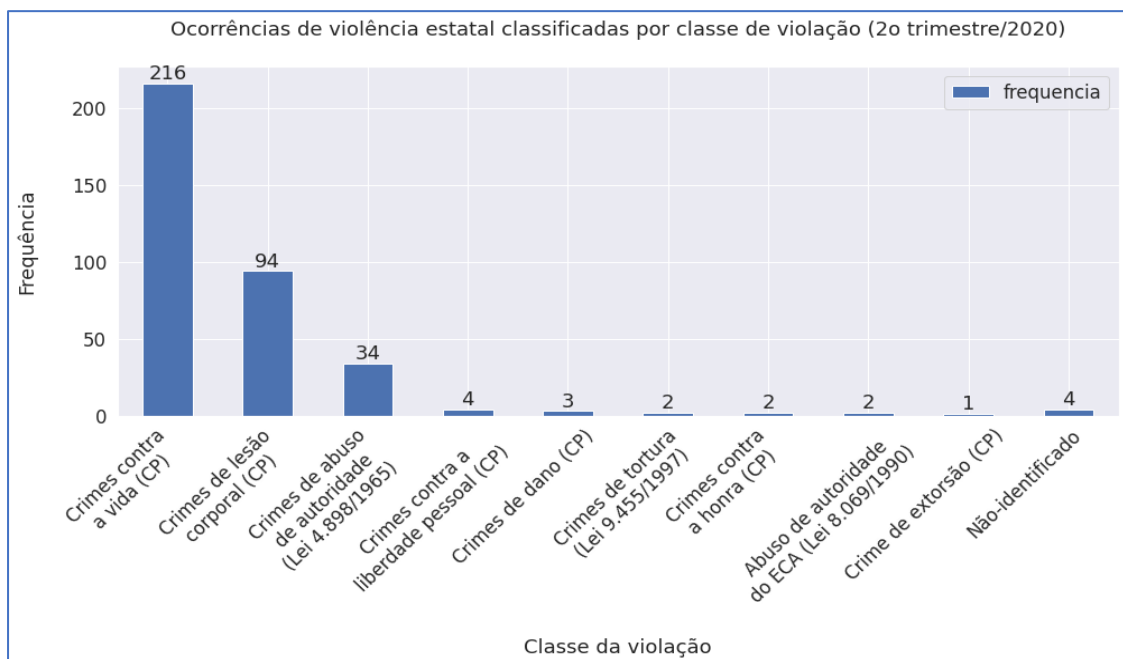


CONDUTA DO AUTOR DA VIOLAÇÃO	FREQUÊNCIA
ABORDAGEM POLICIAL	190
OPERAÇÃO POLICIAL	79
ABORDAGEM POLICIAL – PERSEGUIÇÃO	32
OPERAÇÃO POLICIAL - REPRESSÃO A MANIFESTAÇÃO	15
AÇÃO FORA DE SERVIÇO - REAÇÃO A CIRCUNSTÂNCIA ADVERSA	8
OPERAÇÃO POLICIAL - BLITZ	3
AÇÃO FORA DE SERVIÇO - TRABALHO PRIVADO	2
OPERAÇÃO POLICIAL - REINTEGRAÇÃO DE POSSE	1
ATUAÇÃO DO PODER EXECUTIVO	1

Além das operações e abordagem policiais, coletamos notícias que relatam casos de violência envolvendo policiais fora de serviço fazendo trabalho privado, conhecido como “bico” policial e casos em que policiais fora de serviço se envolvem em ações violentas, por exemplo, reação a assaltos.

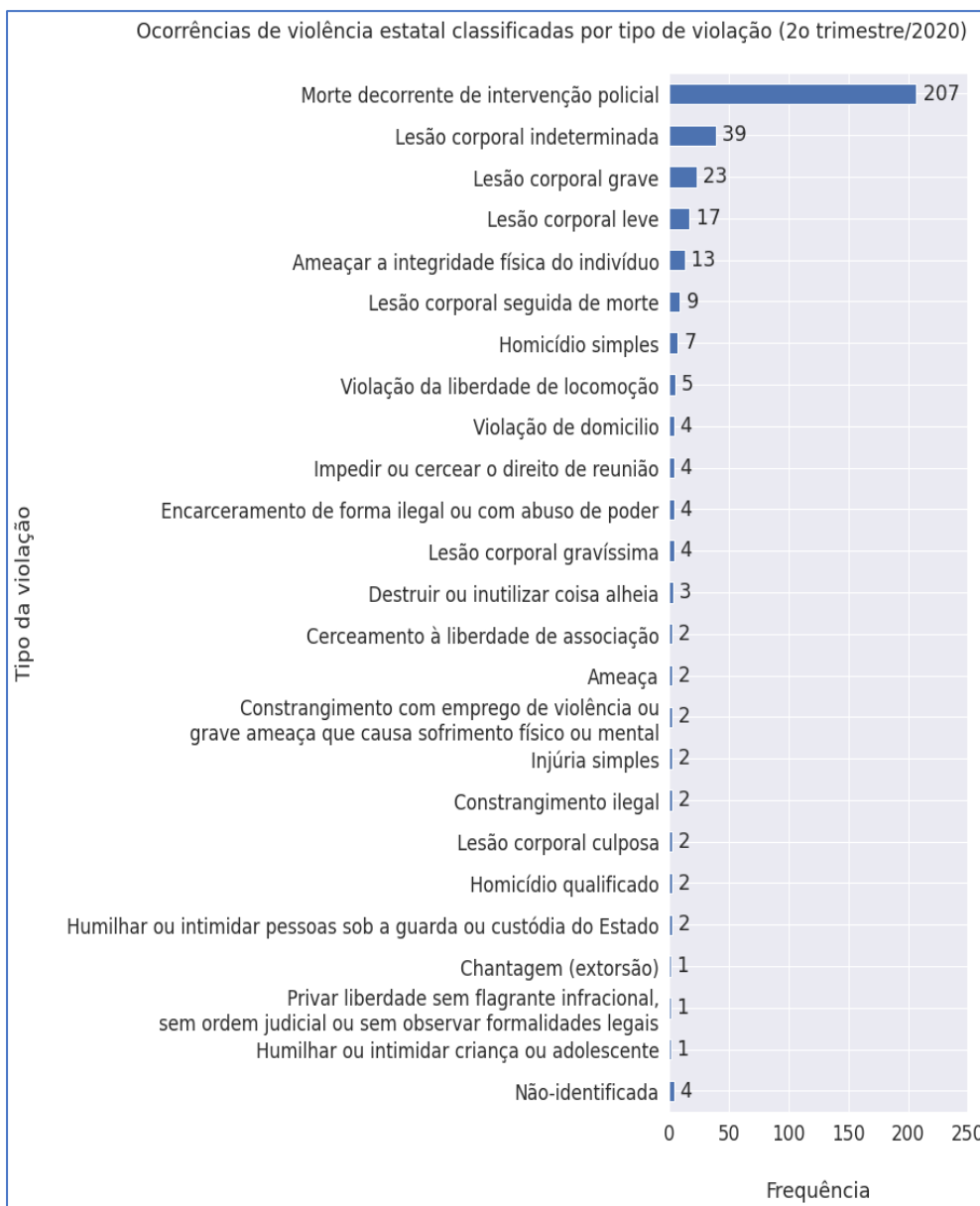
Classe da violação (antigo tipo de crime)

Verifica-se que as violações mais recorrentes estão relacionadas, seguindo classificação jurídica ancorada no Código Penal, aos “Crimes contra a vida” (216 casos), “Crimes de lesão corporal” (94 casos), e “Crimes de abuso de autoridade” (34 casos), revelando a truculência e letalidade da ação policial.



Tipo da violação (antiga natureza da lesão)

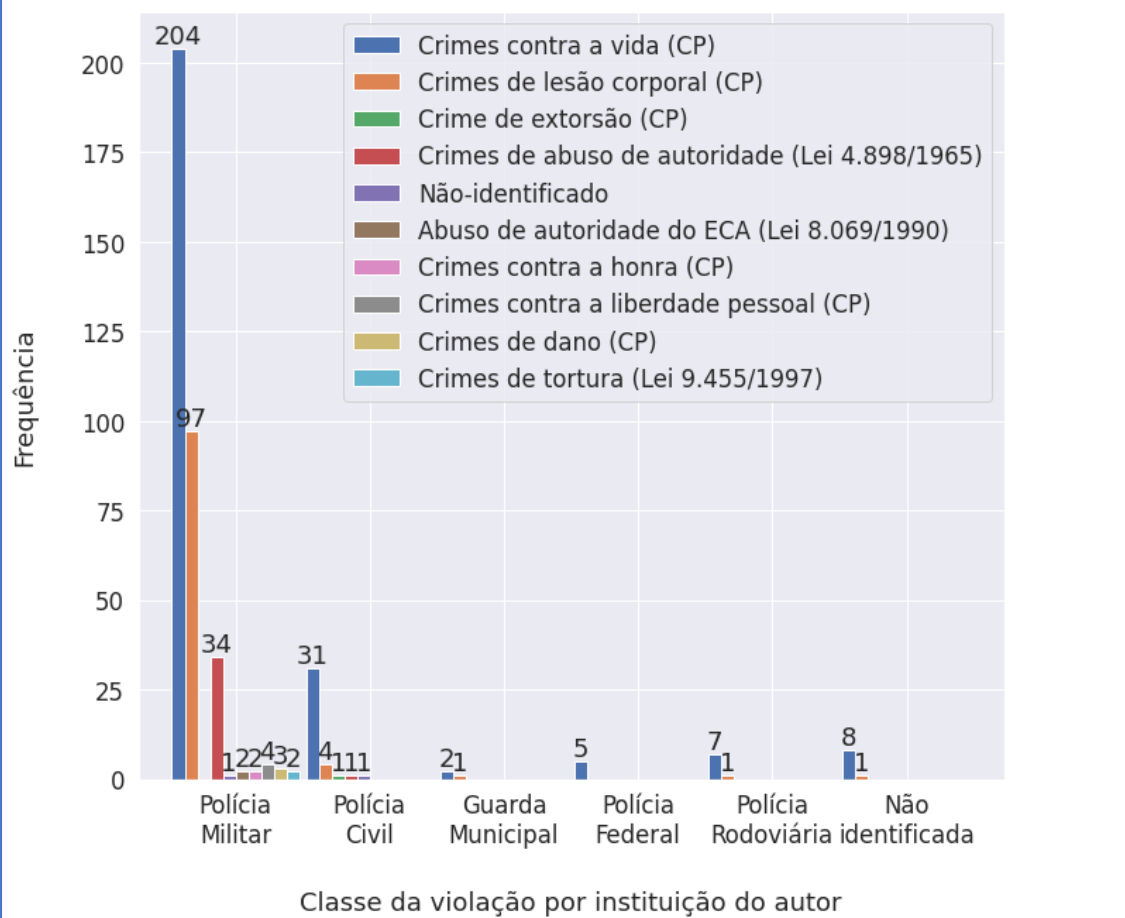
Quando em detalhe, cada “Classe da violação” corresponde a uma série de lesões, assim como o próprio Código Penal indica. Observa-se que a grande maioria dos tipos das violações concentra-se em ocorrências que levaram a vítima à morte (contamos 202 mortes decorrentes de intervenção policial) ou ocasionaram algum tipo de dano físico, revelando, mais uma vez, a truculência e letalidade da polícia brasileira.



Autor vs. Classe da violação

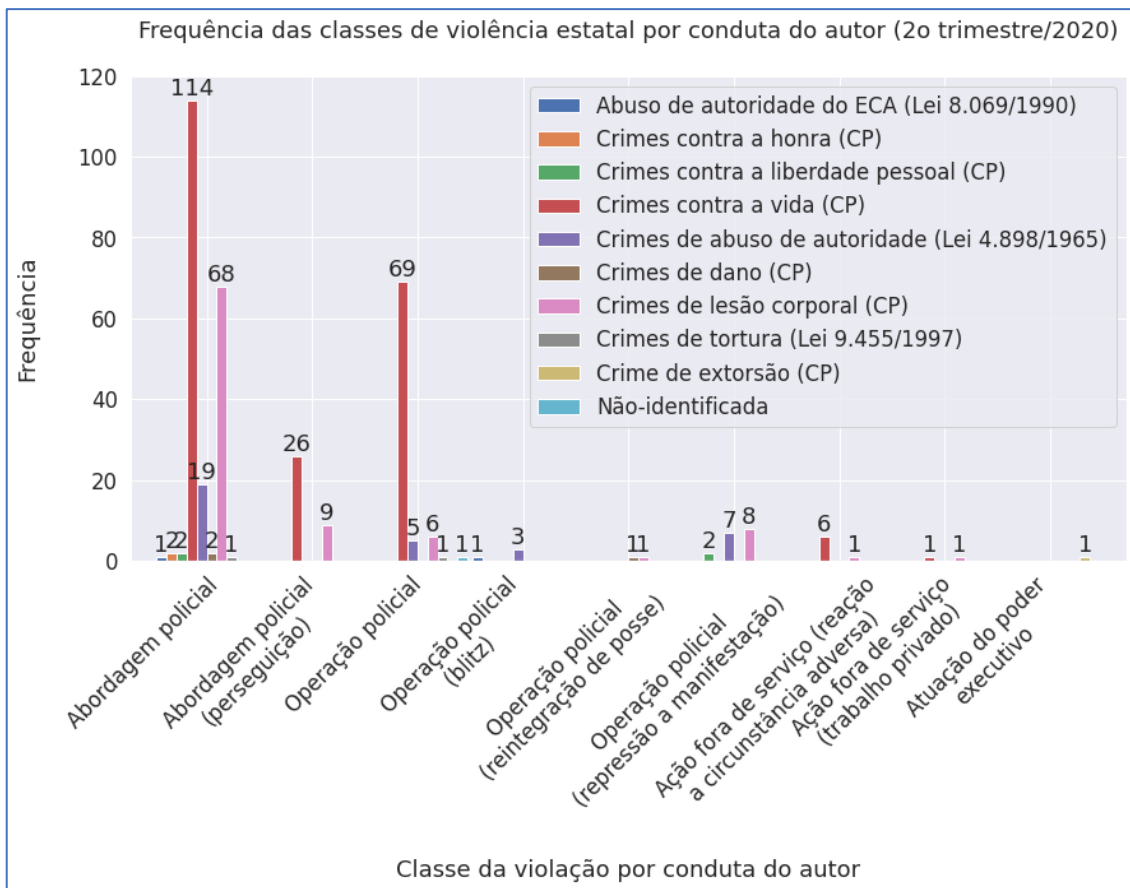
A relação entre os dois principais autores das violações (“Polícia Militar” e “Polícia Civil”) com as Classes das violações pode ser vista abaixo:

Frequência das classes de violência estatal por instituição do autor (2o trimestre/2020)



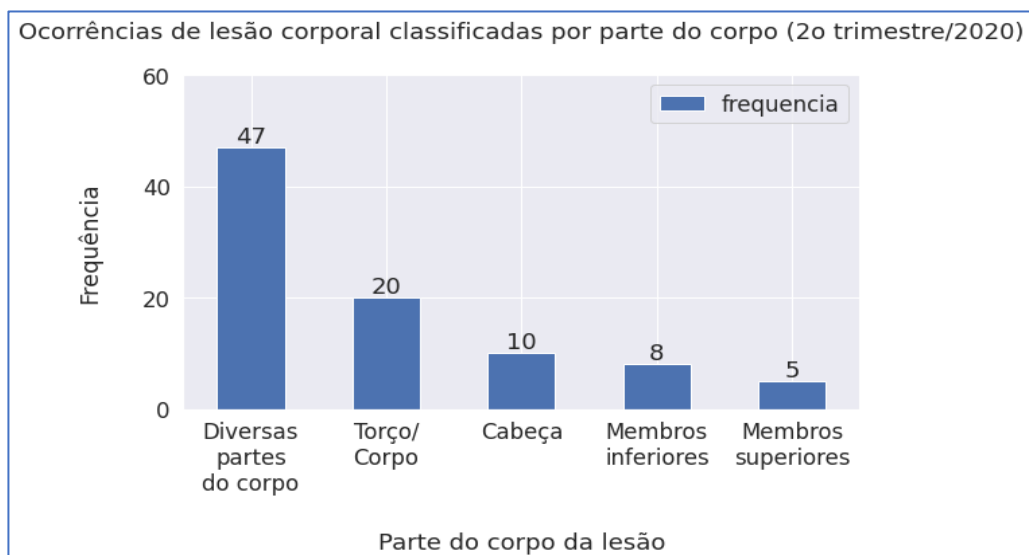
Relação entre Conduta e Classe da violação

Quando relacionamos as Condutas dos atores com as Classes das violações observamos grande diferença de ação. O gráfico joga luz sobre a atuação do(s) autor(es) em cada “conduta”:



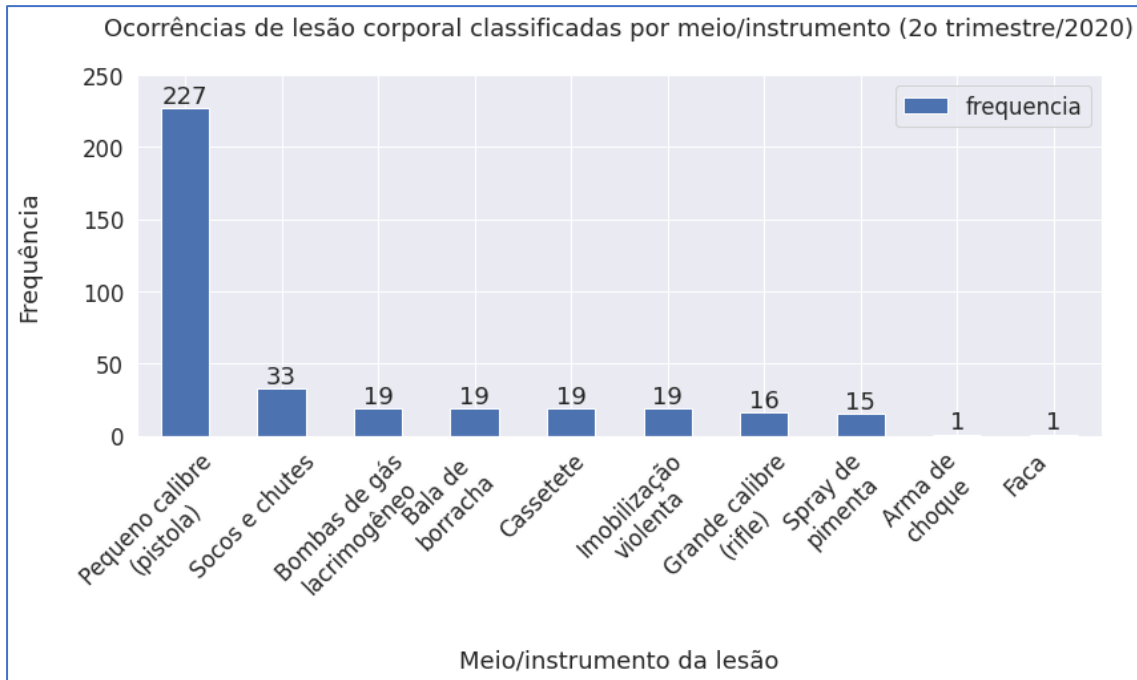
Parte do corpo

Ao retomar o olhar para às vítimas, é possível verificar aonde foram atingidas pela ação do(s) autor(es):



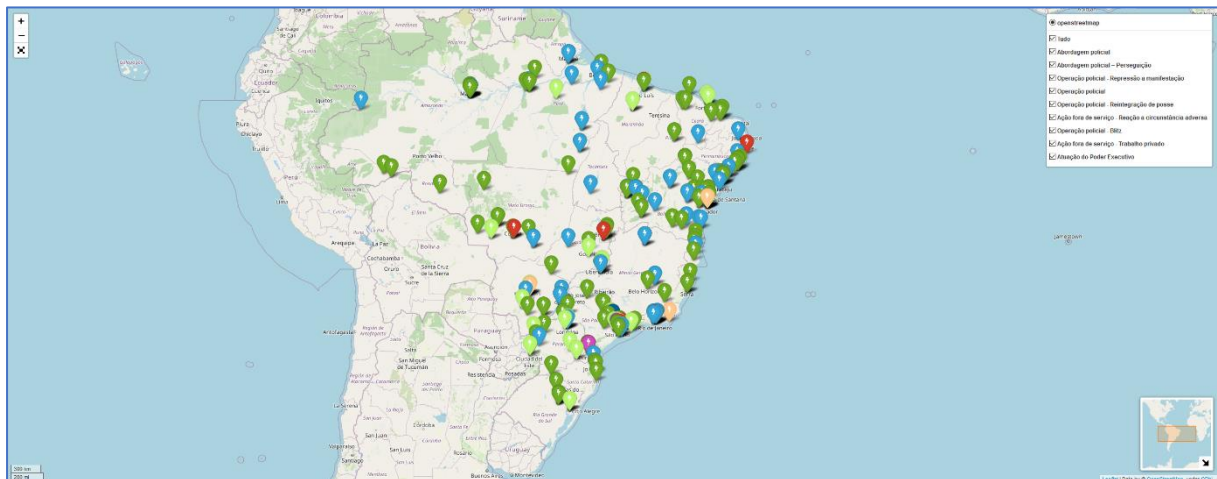
Meio/instrumento

Também foi possível identificar os meios/instrumentos mais relatados pelas fontes.



Mapa das violações

Através da busca pelas coordenadas geográficas (latitude e longitude) dos endereços das ocorrências, foi possível organizar um mapa. Seu objetivo é demonstrar visualmente onde os diferentes tipos de crimes foram cometidos pelos agentes de segurança pública⁵.



⁵ O mapa pode ser acessado em versão interativa diretamente no site: <<https://ovp-dh.org/mapa-das-violacoes/>>.

Conclusão

Os dados apresentados mostram a truculência e letalidade policial, sobretudo da Polícia Militar, cujas abordagens geram agressões, lesões corporais e a morte. Em sua maioria, as polícias têm vitimado homens negros, escancarando o racismo da sociedade brasileira. Apenas como ilustração, o caso abaixo é exemplar para espelhar essas situações. Com o título, “Favela protesta contra violência policial. E PMs respondem com mais violência”, a matéria, publicada pela Ponte Jornalismo relata os dizeres de uma testemunha moradora da Favela do Moinho, local da ocorrência: “a reação começou após um rapaz ser arrastado “bastante ferido” pelas ruas do Moinho. Moradores relatam que no último mês, durante a pandemia, as incursões da Polícia Militar na comunidade têm se intensificado e acontecem “quase todo dia”. De acordo com relatos, a PM tem entrado nas casas sem mandado, destruído móveis e ameaçado moradores que tentam registrar as ações’ (... A gente não tá em guerra. A gente pisa em barro, mas é gente”, disse um catador de recicláveis, que, por medo, não quis se identificar e acabou surpreendido quando, segundo ele, recebeu um soco de um policial” (CASTOR; NOGUEIRA, 2020).

É preciso repensar as políticas de segurança pública no Brasil que, além dessa alta letalidade e dos abusos e violações à lei, a que se acresce a impunidade, oneram muitíssimo o Estado, assim como tem demonstrado altíssima ineficiência, pois o “aumento da repressão estatal sobre as camadas excluídas, como uma forma de conter os efeitos da redução das políticas sociais”, constitui, segundo, Wacquant (2001, p. 10, apud TAQUES, 2007), resposta “às desordens pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano, aumentando os meios [...] do aparelho policial [...]” (TAQUES, 2007, p. 13).

Referências

ACABAYA, Cíntia et al. Número de mortos pela PM em 2020 é recorde em SP; policiais dos batalhões da região metropolitana mataram 70% mais, *G1*, São Paulo, 14 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/14/numero-de-mortos-pela-pm-em-2020-e-recorde-em-sp-policiais-dos-batalhoes-da-regiao-metropolitana-mataram-70percent-mais.ghtml>. Acesso em: 01 out. 2020.

CASTOR, Caio; NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. Favela protesta contra violência policial. E PMs respondem com mais violência. *Ponte Jornalismo*, 1 maio 2020. Disponível em: <https://ponte.org/favela-protesta-contraviolencia-policial-e-pms-respondem-com-mais-violencia/>.

LIMA, Renato Sergio et all. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 49-85, jan./abr. 2016.

LOCHE, Adriana. A letalidade de ação policial: parâmetros para análise. *Tomo – Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, São Cristóvão-SE, NPPCS/UFS, n. 17, jul./dez. 2010.

VELASCO, Clara et al. Nº de pessoas mortas pela polícia cresce no Brasil no 1º semestre em plena pandemia; assassinatos de policiais também sobem. *G1*, 03 set. 2020. Monitor da violência. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/03/no-de-pessoas-mortas-pela-policia-cresce-no-brasil-no-1o-semester-em-plena-pandemia-assassinatos-de-policiais-tambem-sobem.ghtml>. Acesso em: 01 out. 2020.

TAQUES, Silvana. A questão social e o estado penal: uma abordagem multidimensional em fenômenos e realidades preocupantes. *Revista Âmbito Jurídico*, nº 46, São Paulo. 2007. A questão social e o estado penal: uma abordagem multidimensional em fenômenos e realidades preocupantes - Âmbito Jurídico (ambitojuridico.com.br)